

Emigração portuguesa para os Estados Unidos

Maria Ioannis Benis Baganha, *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, Nova Iorque e Londres, Garland Publishing, Inc., 1990, 422 páginas (apêndices).

Existe uma literatura histórica e de ciências sociais rica e significativa sobre emigração portuguesa. Alguma aborda as condições políticas, sociais e/ou económicas que prevaleceram em Portugal em diferentes períodos da sua história e o modo como estas condições afectaram os fluxos migratórios. Outros estudos focam a experiência de cidadãos portugueses já no estrangeiro, seja no Brasil, Canadá, Estados Unidos, Norte da Europa, Austrália ou Venezuela.

Os principais estudos sobre imigrantes nos Estados Unidos da América foram produzidos por sociólogos e antropólogos, cuja atenção incide principalmente no período contemporâneo. Muito embora alguma desta investigação abranja uma perspectiva histórica — por exemplo, a análise comparativa de mulheres imigrantes portuguesas e colombianas de Louise Lamphere (1987) ou a visão global da imigração açoriana de Jerry Williams (1982) —, há ainda muito a aprender acerca da história da presença portuguesa nos Estados Unidos. Muitos americanos aperceberam-se desta presença nas mais infelizes das circunstâncias — um caso de violação colectiva em New Bedford, Massachusetts, que envolveu vários jovens portugueses e se tornou tema do filme *The Accused*.

O livro de Maria Ioannis Benis Baganha, uma versão revista da sua dissertação de doutoramento, apresentada ao Departamento de História da Universidade da Pensilvânia, é um reforço bem-vindo à literatura sobre imigrantes portugueses nos Estados Unidos. Neste livro Baganha propõe-se três objectivos. Primeiro, pretende testar vários dos modelos explicativos para a migração internacional hoje prevalentes. Contrasta modelos clássicos

* Departamento de Antropologia, Southern Methodist University (trad. por Jorge Gonçalves Rodrigues).

(quer a abordagem neoclássica, que foca os factores de atracção radicados nas vantagens económicas comparativas da sociedade receptora, quer a abordagem pela dependência, que faz ressaltar as desigualdades de um sistema capitalista que a prazo empurra as pessoas para fora da sociedade a que pertencem) com modelos de recrutamento e redes migratórias (*networking*) que dão mais atenção a contactos individuais entre migrantes e entre migrantes e empregadores potenciais. Este objectivo é tratado na primeira parte do livro (capítulos I e II), onde a ênfase recai sobre questões políticas e económicas a nível macroeconómico.

Na segunda parte do livro (capítulos III e IV) Baganha dedica a sua atenção a dados a nível micro, bem como aos seus segundo e terceiro objectivos: isolar diferenças individuais entre migrantes e não-migrantes e explorar o modo como variações regionais, quer nas sociedades emissoras, quer receptoras, têm impacto na experiência imigrante. Para abordar o seu terceiro objectivo compara imigrantes portugueses que se instalaram no estado do Massachusetts com os que se instalaram na Califórnia e no Havai. Aqui é abordada uma questão central: quais são os factores que influenciam a mobilidade social de imigrantes de contextos sócio-culturais semelhantes?

Com demasiada frequência, os estudiosos acentuam a economia das migrações internacionais e, assim, ignoram o modo como os indivíduos são afectados pelo processo decisório governamental. Os emigrantes são efectivamente actores, mas são também peões nos sistemas políticos, quer das sociedades emissoras, quer das receptoras. O capítulo III do livro de Baganha trata da história da política de emigração de Portugal e da política de imigração dos Estados Unidos. Na sua útil perspectiva global desta última, Baganha delineia três fases: indiferença permissiva (1860-1874), intervenção e regulamentação (1875-1920) e o que eu chamaria «nativismo» anti-imigrante (1921-1930), onde a ênfase era sobre a «preservação do *stock* original americano». Embora não seja sempre possível documentar um impacto específico de uma mudança de política sobre um grupo imigrante específico, a análise que Baganha faz da demografia da imigração portuguesa leva-a a concluir que «a política de imigração americana não teve praticamente nenhum efeito sobre a corrente migratória portuguesa antes dos anos 1880, mas tornou-se altamente restritiva após os anos 1920» (p. 75).

Tal como a política de imigração americana, a política de emigração portuguesa também foi, até certo ponto, enformada por preocupações laborais. Como diz Baganha, «os regulamentos anti-emigração não devem ser vistos como parte de uma política fracassada de porta fechada, mas como parte de uma política económica orientada para a protecção do acervo de mão-de-obra do país, ao mesmo tempo que promovia as remessas» (p. 111). Esta abordagem bifronte da emigração, tal como o facto de que a emigração contribuía para a preservação de uma estrutura social e económica específica, têm sido referidos por outros estudiosos, mas são aqui delineados convincentemente, com vigor e definitivamente. A política portuguesa é um factor significativo que explica a predominância masculina na emigração portuguesa.

No capítulo III Baganha recorre a dados de censos e anuários para delinear variações em Portugal e o modo como estas variações ajudam a explicar a diversidade no fluxo migratório. Obviamente, muitos outros estudiosos notaram diferenças regionais dentro de Portugal no que se refere a estruturas económicas, distribuição de recursos e emigração para o exterior, mas Baganha é talvez a mais incisiva no descrever da *dual economy of backwardness*, que estimulou a mobilidade geográfica, quer interna, quer externamente. Discorda dos historiadores económicos revisionistas que pintam um quadro cor-de-rosa de expansão industrial e económica durante a última década do século XIX e a primeira década do século XX. Argumenta que este revisionismo não leva em conta as assimetrias regionais. Como escreve, «parte do país alimentava-se, mas o resto tinha de emigrar para o fazer» (p. 199). Para aqueles de nós que entrevistaram emigrantes, em especial os que deixaram Portugal no início deste século, a conclusão de Baganha soa a verdadeira. Emigraram porque não conseguiam deitar contas à vida (*make ends meet*) e não havia qualquer oportunidade para alterarem a sua vida adentro do seu próprio país e comunidade.

Deste livro, o último capítulo é, de longe, o melhor, o mais importante e o mais original. Baganha utiliza fontes americanas (incluindo listas de passageiros de navios até aqui não utilizadas), não só para corrigir estimativas do número de imigrantes portugueses nos Estados Unidos, mas também para nos contar uma história de lugares de origem específicos, a viagem de mar, mudanças de nome na América, níveis de instrução, recursos financeiros e oportunidades ocupacionais.

Neste capítulo Baganha demonstra que as condições sócio-económicas em regiões específicas da sociedade receptora têm um impacto importante na experiência imigrante. Dos censos isola três áreas de acolhimento — Taunton, no Massachusetts, Milpitas, na Califórnia, e Hilo, no Havai — para estudo mais aprofundado. Esta análise permite-lhe apontar diferenças importantes. Por exemplo, fogos com famílias alargadas e mobilidade ascensional eram mais comuns entre os portugueses que se estabeleceram na Califórnia, em comparação com os do Massachusetts e os do Havai. Baganha explica esta diferença relacionando-a com o modo como os imigrantes para a Califórnia entraram nos Estados Unidos, a força da sua rede migratória e as oportunidades de obtenção de emprego e terras na região de acolhimento na Califórnia.

Este tópico de variações nas experiências de grupos emigrantes conforme as características da região de destino merece atenção continuada. Quer os emigrantes se insiram em estruturas de emprego urbanas ou rurais, quer sejam confrontados com uma estrutura social fluida ou mais rigidificada, quer sejam o único grupo étnico, ou o predominante, numa região, ou um entre muitos, todos estes factores irão influenciar o grau de mobilidade ascensional conseguido pelos imigrantes. Nas minhas próprias investigações sobre imigrantes franco-canadianos descobri que aqueles que foram para o Centro-Oeste

dos Estados Unidos (uma emigração por uma só vez e sem continuidade) compraram terras agrícolas, mostraram ser socialmente mais móveis e integraram-se mais rapidamente na sociedade americana do que os emigrantes da mesma nacionalidade que se dirigiram para a Nova Inglaterra para trabalharem em unidades têxteis, vivendo estes em paróquias franco-canadianas muito unidas e mantendo contacto sustido com a família e a comunidade na província do Quebec.

A conclusão do livro é algo breve. É aqui que Baganha poderia ter-se deslocado para além do seu estudo específico para especular com mais largueza sobre questões de emigração, em geral, e emigração portuguesa, em particular. As suas principais conclusões são, primeiro, que os factores económicos no país de emigração são mais influentes para uma decisão de emigrar do que os factores de atracção da oportunidade económica no país de destino; segundo, que as redes migratórias são tão importantes como as políticas migratórias, quer das sociedades emissoras, quer das sociedades receptoras, no determinar da natureza, estrutura e destino dos imigrantes. A prossecução de uma atenção extensiva à literatura rica e diversificada sobre redes migratórias (por exemplo, Lamphere e outros, 1980, Garrison e Weiss, 1979, Graves e Graves, 1974, O'Connor, 1990, Smith, 1976) poderia ter valorizado este último ponto. Muitas destas publicações são o resultado de trabalho de sociólogos e antropólogos. Isto sugere quanto os estudos sobre emigração necessitam de investigação e intercâmbio interdisciplinar.